

As propostas de Sayad

MILANO LOPES

O novo "pacote", segundo as hipóteses preferenciais levantadas pela Seplan, é o seguinte, quanto aos preços:

1) — concessão, imediata, de um reajuste linear de 25% para todos os produtos, descontando-se os percentuais já concedidos;

2) — reajuste, também imediato, dos preços comprovadamente mais desfasados, inclusive aqueles que já estavam desalinhados em 28 de fevereiro do ano passado;

3) — reajuste gradual e em tempo mais espaçado, dos demais preços, de modo a diluir ao longo dos meses o respectivo impacto inflacionário.

A idéia do aumento linear de 25% no entanto, já começou a perder terreno, em razão das reações tanto de empresários — embora, originalmente, a proposta tenha partido dos seus representantes — como do próprio governo, mais precisamente os diretores financeiros das empresas estatais que consideram tal percentual insuficiente para a reposição tarifária imediata que reivindicam.

No tocante ao realinhamento dos salários, as propostas em discussão são as seguintes:

1) — concessão de um abono de emergência de 20% alcançando todos os níveis salariais;

2) — eliminação do gatilho salarial;



3) — definição de uma nova política de reajustes salariais, garantindo-se, em qualquer hipótese, a reposição integral das perdas resultantes da inflação, porém evitando-se reajustes freqüentes.

Na definição dessa nova política salarial, ganha terreno a idéia da se-mestralidade, absorvendo a inflação ocorrida no período e apresentando a vantagem de apenas dois reajustes anuais, qualquer que seja o nível inflacionário.

A partir de hoje, no entanto, é que os estudos serão acelerados, de forma a que as medidas mais sensíveis do "pacote", relacionadas com os critérios de realinhamento de preços e salários possam ser levadas ao presidente Sarney até terça-feira, preventivamente uma fase de negociações Plano-área econômica e em seguida a aprovação das medidas via decreto-lei.

Outras medidas seriam adotadas:

1) — reajuste do salário mínimo, porém em nível inferior ao teto de Cr\$ 1.500,00 proposto pelos empresários;

2) — nova legislação destinada a ampliar a liberdade sindical;

3) — reajuste real nos valores das aposentadorias, em função das disponibilidades financeiras do sistema previdenciário;

4) — criação de um conselho tripartite, de caráter permanente, composto por representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores, para discutir as medidas econômicas (Brasília/Agência Estado).